

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Sr. Presidente, peço que assegure meu direito à palavra, porque o deputado Barros Munhoz não conseguiu suportar o que eu diria em seguida. O Alckmin eu não sei se sabia, mas o cunhado dele sabia. O Adhemarzinho sabia, porque está relatado em detalhes, há prova circunstancial do Adhemarzinho indo buscar dez milhões de reais.

Adhemarzinho, você, onde estiver, pegou dez milhões de reais para o seu cunhado Geraldo Alckmin e está prejudicando ele agora, porque ele vai ter que explicar. O Adhemarzinho fez isso. Então, quero falar que o Adhemarzinho disse que levou. Nenhum cunhado do Lula foi levar dinheiro para ele, mas o Adhemarzinho levou. Então, quero dizer para vocês que a situação ficou muito difícil, não vai sobrar pedra sobre pedra.

Mas quero falar ainda do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado José Américo, para concluir.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Ele me interrompeu. O Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência já ultrapassou em um minuto o tempo de tolerância.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Mas ele me interrompeu e V. Exa. aceitou passivamente a interrupção dele.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não cabe a mim aceitar ou não. Está encerrado o seu tempo, deputado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Só para terminar, o Ministério Público Estadual também precisa explicar os diversos procedimentos investigatórios que eles assumiram e até agora não concluíram.

O Ministério Público Estadual precisa explicar, e o Federal também.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Roque Barbieri, para falar a favor do projeto.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Ouvi aqui, respeito o deputado José Américo, as ilações, ou sonhos, ou as vidências desse nobre deputado, e fico cada vez mais indignado.

Nos últimos 40 dias, ele fala de “doleiro não sei o quê” e eu não conheço nenhum, fala de Paulo Preto e eu não conheço, nunca ouvi falar, acho que deve ser amigo íntimo da casa desse deputado.

Como é possível falar com tanta propriedade? “Ouvi dizer”, acho que isso, em momento algum, podemos dizer aqui na Assembleia Legislativa. Ouvi dizer que estão procurando advogados para fazer isso, isso e isso.

Acho que isso, deputado José Américo, V. Exa., que é um homem experiente, o mais culto dos deputados que temos aqui, está fazendo uma ilação, e fazendo com que tentemos ver o desespero que o seu partido está com a eleição no próximo ano. Desespero. Eu não consigo entender dessa maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Sr. Presidente, cedo o meu tempo ao meu líder, deputado Campos Machado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Cauê Macris, nobre deputado Barros Munhoz, líder do Governo, acabo de receber um telefonema de uma menina de 14 anos, minha sobrinha, que perguntava “Tio, é verdade o que o deputado está falando na Assembleia?” Falei “Sobre o quê?”, “Sobre o governo, sobre o seu amigo Geraldo Alckmin, sobre Serra.” Falei “Maria Lúcia, isso é tudo conversa de quem não tem prova nenhuma, mas travam a batalha política na Assembleia. Não acredite nisso. Daqui a pouco vou à tribuna. Por favor, me assista.”

Quero me dirigir agora a você, Maria Lúcia, minha sobrinha de 15 anos de idade. Você acabou de ouvir, sim, o deputado José Américo, experimentado político que hoje se arvora na condição de agente da Polícia Federal, de investigador de Polícia, de delegado de Polícia. Ele não tem prova nenhuma, Maria Lúcia. Ele faz ilações sem se preocupar com a honra alheia. Eu lá sei quem é Adhemarzinho, o cunhado. Mas cunhado é parente? Maria Lúcia, me desculpe, não é assim que eu sempre dialogo com você. Mas o deputado José Américo não tinha o que fazer. Não tendo o que fazer, tem de se inscrever para segurar o tempo. E se inscrevendo o que ele faz? Lembra-se de um cara chamado Paulo Preto. Quem é esse Paulo Preto? Só o deputado José Américo sabe quem é Paulo Preto. Nós temos Paulo amarelo, Paulo branco, Paulo Miguel, Paulo vermelho. Mas quem é Paulo Preto? A única pessoa que sabe quem é Paulo Preto é o deputado José Américo, minha querida sobrinha Maria Lúcia.

Eu vou fazer um requerimento de informações aqui na Casa para que o deputado José Américo informe quem é Paulo Preto. Sabe o que é o mal? O que está acontecendo aqui é o PSDB e o PT brigando nacionalmente para ver quem está roubando mais. Eu não acredito em metade das coisas que são publicadas, Maria Lúcia. Eles querem denegrir a imagem de político, querem desmerecer essa atividade que o seu tio tem hoje. Você sabe, Maria Lúcia, que eu sou o presidente de um partido, o PTB; secretário-geral nacional desse partido; líder da bancada há 27 anos, primeiro deputado desse país que é 27 anos consecutivamente. Você sabe que o seu tio é independente financeiramente, politicamente, e então não posso aceitar o que o deputado José Américo fez hoje, atingindo a honra do nosso governador Geraldo Alckmin, praticamente criminalizando o nosso ministro, e meu amigo, sim, Aloysio Nunes Ferreira.

Nós não podemos mais fazer as colocações. Essa TV é como o programa de Silvio Santos: ninguém assiste a essa TV, mas todo mundo sabe o que se passa aqui. E qual é a imagem que isso vai ter? Se a minha sobrinha ligou preocupada com Geraldo Alckmin, imagine quem está assistindo. Eu nunca vim aqui na tribuna para dizer que o Lula fez isso, fez aquilo. Nunca. Já foi condenado uma vez. Para mim, injustamente, mas foi condenado.

Agora vai haver um julgamento em 24 de janeiro. Tem mais dois processos. Será que tudo é verdade? Eu só posso falar mal do Lula quando for feita a sentença e transitada em julgado. O deputado José Américo faz o contrário.

Estamos ajudando a destruir a classe política, ouvindo o que o deputado José Américo disse hoje. Que prova ele tem? Nenhuma. “Mas eu li, fiquei sabendo da declaração de um acordo de leniência”. Ele ficou sabendo. Ele.

Seguramente, é o único homem nesta Casa que conhece o tal de Paulo Preto. Aí o deputado José Américo, ao invés de falar, por exemplo, sobre a Frente Nacional contra a liberação da Maconha e da Cocaína, do que ele lembra? Do Paulo Preto. É nome de jogador de futebol. Deve ser algum cara que jogou na várzea aqui em São Paulo.

Ai ele vem, faz acusações gravíssimas e, de modo contrário, eu nunca disse aqui, desta tribuna, de lugar nenhum, qualquer acusação contra Lula, Dilma ou qualquer petista. Nunca fiz isso, porque eu não tenho ainda a sentença transitada em julgado.

O deputado José Américo não. Acusa antes sequer de haver um processo, um inquérito instalado. Não tem denúncia. Não tem denúncia, não tem sentença. Não tem sentença, não tem acórdão. Não tem acórdão, não tem trânsito em julgado.

Quando se fala isso, o que pensa o público em casa? Esse tal de Serra não deve ser bom sujeito, o Geraldo, mas não tem nenhuma prova. Ninguém é mais honesto para mim do que o governador Geraldo Alckmin. Ai dizem alguns deputados do PT que existe uma figura chamada “Santo”. Para mim, o nome do governador é Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho. Nunca soube que ele fosse “Santo”.

O que faz a bancada do PT aqui? Estão visando as eleições de 2018. É isso aí. Não dá para aceitar mais, deputado Barros Munhoz. Desculpe. Nós estamos sendo passivos. Estamos aceitando aqui insinuações contra a honra de pessoas que não merecem. Estamos discutindo Contas do governador ou a honra das pessoas?

O que tem o nosso amigo Aloysio Nunes Ferreira? E se ele fosse amigo desse indivíduo que só o deputado José Américo conhece, o tal de Paulo Preto? É pecado ter amigos? Somos responsáveis pelos atos dos nossos amigos? Não. Mas aqui, de um tempo para cá, todos os deputados da oposição que vêm a esta tribuna se preocupam com um único ponto: as empreiteiras, as denúncias das empreiteiras.

Eles não perguntam sequer se existe algum inquérito policial instaurado, se tem denúncia, se tem processo, se tem condenação. Estava indagando aqui, deputado Cauê Macris, deputado Carlão Pignatari enquanto V. Exas. dialogavam sobre o futuro da China, se existe algum indício contra o nosso governador. Tem inquérito, tem denúncia? Mas eles vêm aqui exatamente para tentar provar o improvável. Nunca vai se provar nada contra um homem correto, sério, honesto como Geraldo Alckmin.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - O próprio deputado José Américo disse isso: que não acredita que o governador Geraldo Alckmin esteja nisso. Mas eles usam isso politicamente. Ele acabou de afirmar isso no microfone: que não acredita que o governador esteja envolvido.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Veja o jogo de palavras: eu não acredito, mas falo. Eu não acredito que fulano é isso, eu não acredito que cirano é aquilo. Já falei três vezes que ele é só dizendo que ele pode ser.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Quero dizer do absurdo desse tipo de discurso do nobre deputado José Américo, deputado brilhante, que poderia falar sobre coisas extremamente importantes para nós, culto, como foi dito. Será que o deputado José Américo não foi amigo do Palocci? Será que o deputado José Américo não foi amigo do José Dirceu? Será que o deputado José Américo não foi amigo do Vaccarezza? Então ele vai renunciar as amizades?! Deputado José Américo, vamos respeitar. Aliás, eu acho que o deputado Campos Machado tem um procedimento neste particular invejável e modelar. Eu realmente nunca ouvi V. Exa. atacar pessoalmente qualquer político. Muito pelo contrário: ouvi defender políticos do PT, políticos de todos os partidos, enfrentar posições corajosas e impopulares, mas não é assim que vamos construir o Brasil que queremos. Tem de ser como V. Exa. está pregando e praticando.

Parabéns, deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Quero dizer que sou amigo do deputado Vaccarezza, muito amigo. Ele está coordenando a formação do partido Avante. Tenho carinho e respeito pelo deputado Vaccarezza. Gosto do ex-ministro José Dirceu. E daí! O Palocci foi meu companheiro de Assembleia. É médico, é meu amigo, fui à casa dele em Ribeirão Preto. O que tem demais eu ser amigo do Palocci? O que tem demais eu ser muito amigo do Vaccarezza?

Quero interromper meu raciocínio para anunciar a presença em plenário do meu amigo, meu irmão deputado Baleia Rossi, filho de uma das pessoas mais dignas que conheço, o meu grande amigo, pai dele, que foi um dos grandes deputados desta Casa. (Palmas.)

Meu presidente, mesmo com a presença do deputado Baleia Rossi em plenário, recebido com carinho, com apreço, amizade e afeto, o meu tempo vai se escoando como a água das minhas mãos. Mas dentro do tempo que me falta, quero fazer um pedido a toda a bancada do PT: apresente-me um único indício que possa envolver o governador Geraldo Alckmin na prática de qualquer ato delituoso, um único indício. Nunca apresentei aqui, como disse o deputado Barros Munhoz, uma única palavra contra o Partido dos Trabalhadores. Pelo contrário. Houve época em que eu defendia sozinho aqui o deputado José Dirceu, porque achava uma injustiça a condenação dele sem provas. Ninguém se levantava da bancada do PT, invoco se muito o deputado Barros Munhoz. Era só eu que vinha à tribuna para defender o ministro José Dirceu. Por quê? Sou do PT? Não. Porque eu achava profundamente injusta a condenação de um homem por uma teoria que foi importada da França e acabou condenando o José Dirceu. Onde estão as provas? Não existem, mas ele está cumprindo pena.

Portanto, eu peço ao deputado José Américo muita meditação, muita oração, muita reza, consulta aos pastores, aos padres, às mães de santo. Por favor, deputado José Américo, vamos evitar insinuações. Isso complica a honra das pessoas, deputado José Américo, e é muito comum as pessoas não se preocuparem com a honra e com a família das pessoas.

Portanto, eu quero terminar dizendo a você, minha sobrinha Maria Lúcia, não se deixe levar pelas afirmativas do deputado José Américo. Ou ele estava se preparando para jantar ou estava cansado e se preocupando com a hora de dormir, razão pela qual ele fez essas afirmativas que na consciência dele sabe que não são verdadeiras.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Antes de chamar o próximo orador, em primeiro lugar, gostaria de agradecer em nome da Assembleia Legislativa a presença e a visita do ex-deputado desta Casa, deputado federal Baleia Rossi.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 68ª sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 21/12/17.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. deputadas e deputados, venho a esta tribuna nesta discussão sobre esta urgência desnecessária de aprovação das Contas do governador. Já falamos muito sobre a proteção e blindagem que tem o Governo do Estado de São Paulo, o governo Geraldo Alckmin, da imprensa, mas também desta Casa. É interessante que observando as Contas do governador todo ano vem a observação do Tribunal de Contas de algo que tem que ser reparado.

Se formos olhar pelo menos nos últimos seis anos, as observações são quase as mesmas. Se não repetir todas, mas uma boa parte das observações do Tribunal de Contas são essas recomendações para que seja tomada alguma providência com relação a esses erros na execução orçamentária do estado de São Paulo, e nada acontece, nem pela Casa e nem tampouco pelo Tribunal de Contas.

É engraçado que as prefeituras o Tribunal de Contas trata bem diferente e ouvindo os deputados falando hoje eu estava pensando: “Nossa! Se a Assembleia Legislativa fosse como as Câmaras Municipais o Geraldo Alckmin já tinha sido cassado muitas vezes por erro, incompetência ou pela não aplicação do orçamento corretamente como deve ser e como é aprovado”. Muitos prefeitos perdem mandato por conta disso e o tratamento que é dado pelo Tribunal de Contas, que é o mesmo que analisa as contas dos municípios é totalmente diferente.

A blindagem que tem o governo Geraldo Alckmin, do PSDB, não é apenas só da Assembleia Legislativa, de uma parte da imprensa e da grande mídia. É também do Tribunal de Contas. “Nossa! Se tratassem assim os municípios...” Fui prefeito da minha cidade, Embu das Artes, durante oito anos e fui presidente da Câmara Municipal por seis meses. Portanto, tenho nove contas no Tribunal de Contas, todas elas aprovadas sem nenhuma ressalva. Mesmo com todas as contas aprovadas - e posso trazer o parecer do Tribunal de Contas elogiando as questões de responsabilidade fiscal, da Educação e da Saúde -, e faz nove anos que saí, ainda hoje eu pago multa de aparte que o Tribunal separa. Com uma estranheza muito grande, ninguém ganha o recurso deles. Ninguém ganha. Você receber elogios e depois ser multado...

Eu estava observando: e se o governador for multado com tantas observações que ele tem? Como ele irá fazer? Ou será que o governador também tem essa proteção do Tribunal? Também observamos a disputa na indicação, ela tem que seguir rigorosamente a linha da política do PSDB. Se houver um pouquinho de ameaça, não é indicado pela Casa, como foi o caso do deputado Jorge Caruso, que já estava comemorando e comprando a beca para assumir no Tribunal. Imediatamente, passaram a rasteira nele, e ele não foi indicado.

Então, é uma coisa realmente assustadora. É muito difícil de entender isso, é muito difícil observar o sofrimento dos prefeitos nessas cidades do estado de São Paulo, o que o Tribunal faz. Não estou julgando se os prefeitos estão certos ou errados, se eles erraram ou não. Estou querendo fazer uma comparação em relação ao trato que é dado às mesmas funções, ambas do Executivo. O mesmo tribunal trata diferente o Governo do Estado de São Paulo.

Se essas observações fossem somente do ano de 2016, aí também poderíamos dizer para somente corrigir. No entanto, todos os anos as contas têm pareceres e observações rigorosas. Infelizmente, nada acontece.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Irei apenas dar uma informação. O telespectador que está nos ouvindo neste momento deve ter observado que o deputado Campos Machado, na verdade, fez uma brincadeira. Com a sua fina ironia, que é da sua cultura e da sua capacidade como advogado, ele fez duas ironias.

Na primeira ironia, ele falou: “que história é essa de Adhemarzinho? Cunhado não é parente!”. O Adhemarzinho é irmão da dona Lu, cunhado do Geraldo Alckmin. Eu fiz uma brincadeira, dizendo que o Geraldo Alckmin pode não ter pegado nada, mas o seu cunhado pegou, porque o denunciado é o cunhado. E o cunhado chama-se Adhemar. Então, o deputado fala: “mas cunhado não é parente”. Essa era uma brincadeira que se fazia, antes de 64, entre o Brizola e o Jango, mas era uma brincadeira. Ou seja, até ele reconhece, através de uma brincadeira, que o Adhemarzinho é problemático.

A segunda brincadeira, a segunda ironia do deputado é a história do Paulo Preto, que é conhecido de todos eles aqui. Todos conhecem o Paulo Preto, que está nas manchetes dos jornais. Eu sou capaz de explicar quem é o Paulo Preto. Como o deputado Campos Machado pode defender o governador Geraldo Alckmin de uma acusação relacionada ao Paulo Preto se ele não o conhece?

Ele é o único desta Casa que não conhece o Paulo Preto. Então, ele não é a melhor pessoa para defender o Geraldo Alckmin. Ele é bom para defender o Geraldo Alckmin, porque é uma pessoa íntegra. Jamais falaria qualquer coisa que estou falando hoje em relação ao deputado Campos Machado, porque ele é uma pessoa íntegra. Eu o conheço, é meu amigo e é uma pessoa muito séria. Certamente, ele está fazendo essa defesa do Geraldo Alckmin, porque gosta do Geraldo Alckmin, mas ele sabe que o negócio é pesado.

O Paulo Preto é o sujeito que emprestou o dinheiro para o Aloysio Nunes Ferreira comprar o apartamento que vive até hoje. Este é o Paulo Preto, o Paulo Vieira de Souza. Isso está na revista “Veja”. Podem procurar no Google. O Aloysio não negou. Ele disse: “o Paulo Preto me emprestou sim o dinheiro”. Aliás, uma parte foi emprestada pela filha do Paulo Preto e a outra por sua mulher. O Aloysio disse que pagou, mas ele não provou que pagou.

Esse sujeito é o Paulo Preto. Há indícios de sopra. A delação para o acordo de leniência feito pela Camargo Corrêa... Amanhã, vou deixar na mesa do deputado Carlão Pignatari 350 páginas, que é o acordo de leniência da Camargo Corrêa com o Ministério Público Federal.

Esse acordo de leniência tem 350 páginas. Lá está dizendo quem é o Paulo Preto, o que o Paulo Preto fez e as obras superfaturadas que aconteceram no estado de São Paulo sob o governo do Geraldo Alckmin. Está escrito lá. É mais do que indício.

Agora vai ter o acordo de leniência e, depois, o Ministério Público Federal vai fazer a investigação que lhe cabe, a parte criminal desse assunto. Por enquanto, é acordo de leniência. Depois, a parte criminal.

O Alckmin não vai escapar dessa, assim como não escapou da delação da Odebrecht, em que os delatores disseram que entregaram para o seu cunhado, o empresário Adhemar, dez milhões de reais na campanha de 2010 e na campanha de 2014. É só isso.

Muito obrigado, deputado.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Está certo, deputado.

Srs. Deputados, infelizmente, tive que sair um pouco - quero justificar até para a minha bancada -, pois está acontecendo uma movimentação muito ruim em nossa cidade. Estamos vivendo um momento de crise no Brasil, de desemprego, um momento muito difícil para a população trabalhadora, especialmente. Em nossa cidade, este ano, o prefeito que assumiu está fazendo algumas coisas muito ruins com a população.

Primeiro, criou uma taxa de lixo. A nossa cidade era a única da região que ainda não tinha taxa de lixo para a população. Criou e lançou no meio do ano. Foi errado e inconstitucional. O Partido dos Trabalhadores, por meio do presidente Marinho, juntamente com a nossa vereadora da cidade, entrou na Justiça e conseguiu uma liminar para suspender a cobrança dessa injusta taxa de lixo na cidade de Embu das Artes.

Não contente com isso, o prefeito resolveu aumentar o IPTU, o Imposto Predial e Territorial Urbano. Em uma cidade como a nossa, em que mais de 80% da população é de baixa renda ou de classe média baixa, não temos grandes riquezas, não temos grandes propriedades que possam ser tributadas. Não foi assim que foi feito. Agora, houve uma reportagem da TV Globo mostrando um cidadão que pagou 1.200 reais no ano passado e agora está recebendo uma cobrança de seis mil reais para pagar durante o ano, de IPTU.

A situação lá é um tanto quanto complicada. O prefeito foi diplomado com uma liminar que ele conseguiu no Tribunal Superior Eleitoral. Ele assumiu com outra liminar, pois estava sendo pedida a prisão dele. Ele conseguiu uma liminar para o relaxamento da prisão. Portanto, ele está no poder com duas liminares.

Infelizmente, a população está sofrendo. É muito difícil, neste momento de crise, receber atencpidamente. É difícil; poucas prefeituras conseguem emitir os carnês logo em dezembro. Receber, logo no começo do mês, um absurdo como esse que está acontecendo é muito difícil para a população.

Quero registrar o nosso apoio à população de Embu. Vamos fazer o possível e o impossível para barrar esse abuso que está acontecendo em nossa cidade. Quero me solidarizar com a população, que está se movimentando, fazendo movimentos na Câmara e na cidade. Amanhã, haverá mais movimentações da população, na tentativa de reverter... Vamos buscar por meio da Justiça, vamos ver se conseguimos amenizar a situação do nosso povo. Ninguém está contra... Pagar IPTU é sempre uma coisa correta.

Quero deixar registrada aqui uma lembrança: é uma medida muito equivocada, por parte de um governante, achar que a arrecadação aumenta quando ele aumenta o tributo para a população. É uma medida equivocada. Você aumenta a arrecadação quando você dá transparência, quando você cobra igual de todo mundo, de quem tem, paga de acordo com a capacidade de cada um.

Também falo isso com experiências que fizemos. Quando nós assumimos em 2001, nós diminuimos, em 2002, o valor do IPTU da cidade. Em todas as outras cidades estavam cobrando taxa de lixo. Nós não cobramos e continuamos governando a cidade. Saímos com boa aprovação e conseguimos superar nossas dificuldades. Com a diferença: mostra que se arrecada muito mais quando você cobra de acordo com a capacidade do cidadão, quando você cobra bem e cobra igual de todo mundo.

Quero repudiar. Vamos continuar na luta para que a população não seja penalizada com tanta taxa que já tem no dia a dia, com tanta situação difícil que tem para viver. Os programas sociais que a cidade tinha acabaram. Os programas sociais do governo federal também diminuiram em mais da metade. A população de Embu que estava inscrita no “Bolsa Família” até dois anos atrás, até 2015, era de 15 mil. Hoje está em menos de 5.000 porque o governo federal foi cortando, esse governo golpista não mantém os programas sociais que tinham no Brasil, ainda mais com esse agravante dos nossos governos locais.

Quero deixar a nossa solidariedade e a nossa firmeza quanto a trabalhar para que possamos cancelar esse absurdo que está acontecendo. População de Embu, pode ter certeza de que nós vamos estar juntos, tentar fazer o possível e o impossível para que possamos sair dessa situação o mais rápido possível. Quem sabe, se a Justiça funcionar igual para todo mundo, eu possa ter uma solução jurídica mais rápida para que possamos sair desta situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Há quórum regimental para a continuidade dos trabalhos.

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim, pelo tempo regimental.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, eu gostaria de ceder o meu tempo para o deputado Campos Machado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento, não temos quórum. Agora temos quórum regimental para dar continuidade aos trabalhos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - SEM REVISÃO DO

ORADOR - Sr. Presidente, em quatro minutos, eu vou continuar respondendo a minha sobrinha Maria Lúcia. Maria Lúcia, você acabou de ver o nobre deputado José Américo. Ele não disse coisa com coisa, embaralhou tudo. Eu acho que quem conhece bem o Paulo Preto é ele. Eu não sei quem é esse Paulo Preto. Ele fala que todo mundo conhece. Quem aqui conhece Paulo Preto?

Quem conhece Paulo Branco? Quem conhece Paulo Vermelho? Em uma hora dessas, o deputado José Américo brinca desse jeito com esta Casa? Ninguém sabe quem é essa figura. Eu não sei.

Portanto, minha sobrinha Maria Lúcia, não se deixe levar por essas ilações, por essas palavras mal colocadas do nobre deputado José Américo. Minha sobrinha, acredita no seu tio que lhe tem profundo amor, poucas pessoas são honestas, decentes e honradas como o governador Geraldo Alckmin. Veja a intimidade do deputado José Américo. Ele chama a pessoa que ele fala que é cunhada do governador, usando o diminutivo “inho”. Olha o carinho que tem. Não, deputado João Paulo Rilho, não dá mais para aceitar esse tipo de comportamento. Nós nos sentimos à mercê dos ventos. Os ventos que batem aqui, batem lá, porque, hoje, as acusações não têm que ser provadas. Hoje inverteram o ônus da prova. A presunção, hoje, é de culpa, não mais de inocência. Eu acuso uma pessoa, quem tem que provar que é inocente é a pessoa. Eu não tenho que provar nada. Eu já falei. Quem está ouvindo, tem dúvida a respeito do caráter e da honra de pessoas que nada praticaram de irregular.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, no que pese a importância do discurso de V. Exa., estamos com o objeto da sessão esgotado, por falta de tempo. Vamos conceder o remanescente do seu tempo na próxima sessão, em 10 minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotado o tempo da presente sessão, antes de dar por encerrados os trabalhos, convoco V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.

20 DE DEZEMBRO DE 2017 68ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CAUÊ MACRIS e FELICIANO FILHO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão.

2 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, tece elogios ao deputado Barros Munhoz pelos esforços para enviar, para esta Casa, projeto de lei que intenciona beneficiar funcionários da Estrada de Ferro Campos do Jordão.

3 - CÁSSIO NAVARRO

Para comunicação, informa a presença do deputado federal Marcelo Squassoni.

4 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, agradece o deputado Campos Machado pelo pronunciamento.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em discussão o requerimento de urgência ao PDL 14/17.

6 - CAMPOS MACHADO

Discute o requerimento de urgência ao PDL 14/17.

7 - BETH SAHÃO

Discute o requerimento de urgência ao PDL 14/17.